



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ENTRE A FINANCEIRIZAÇÃO E A EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE.

JULIA BARCELOS BITTENCOURT¹

DÉBORA HOLANDA LEITE MENEZES²

MATHEUS OLIVEIRA DE PAULA³

PRISCILA GOMES DA SILVA NAPOLITANO⁴

SARAH LOURDES MARÇAL DE OLIVEIRA⁵

RESUMO

Mediante ao materialismo histórico-dialético, este artigo tem como objetivo problematizar os impactos do desfinanciamento da política de educação, com ênfase na educação superior e na formação profissional de assistentes sociais, a partir das desigualdades estruturais.. Ademais, ressaltamos a importância de políticas de permanência para a efetiva democratização do acesso à universidade.

Palavras-chave: política social; educação pública; ação afirmativa; desigualdades; permanência.

ABSTRACT:

Using historical-dialectical materialism, this article aims to problematize the impacts of reducing governmental financial support to public educational policy, especially to higher education and, particularly, to social services courses. This paper also highlights previous existing social structural inequalities and how they influence public policy. We also discussed student evasion prevention policies in order to democratize higher education access throughout society.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro

² Universidade Federal do Rio de Janeiro

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro

⁴ Universidade Federal do Rio de Janeiro

⁵ Universidade Federal do Rio de Janeiro

Keywords: social policy; public education; affirmative action; inequalities; permanence.

INTRODUÇÃO

Esta proposta busca refletir sobre os impactos do desfinanciamento das políticas sociais, sobretudo da educação, para o processo de formação profissional, considerando as desigualdades estruturais de gênero, raça e classe, presentes historicamente no contexto da formação social brasileira. Abordar o tema da formação em Serviço Social a partir da intersecção entre gênero, raça e classe é fundamental uma vez que esta é uma categoria composta por 41.083 profissionais dentre as quais, 92,92% se identificam com o gênero feminino e 50,34% se reconhecem enquanto pretas/pardas (CFESS, 2022). Esta é, portanto, uma profissão majoritariamente feminina e negra.

A partir do materialismo histórico-dialético é possível retomar os principais elementos constitutivos da formação social brasileira que perpetuam as desigualdades estruturais, resultando em condições mais precárias e pauperizadas de vida e trabalho para determinados segmentos da população. As políticas sociais, enquanto campo de pesquisa e intervenção das/os assistentes sociais, são permeadas por disputas e tensionamentos político-econômicos relativos à disputa pelo fundo público e a luta de classes. A análise da política social no panorama político contribui para a relação entre estrutura e conjuntura, observando a continuidade de obstáculos de acesso aos direitos constitucionais.

Ainda nesse sentido, é preciso compreender a formação profissional inserida no bojo das contradições capitalistas, de um perverso capitalismo dependente. Na medida em que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2002), as expressões da “questão social” incidem nas relações profissionais. Ou seja, temos as expressões da questão social como objeto de trabalho, todavia, elas nos interpelam enquanto classe trabalhadora. Deste modo, a apreensão dialética da realidade contribui para identificar os impactos deletérios da ofensiva neoliberal sobre o processo formativo, uma vez que atinge prioritariamente a política de educação e a política de saúde (SOARES, 2002).

Por fim, este trabalho é fruto do conjunto de reflexões tecidas no âmbito do projeto de Pesquisa e Extensão Universidade e Saúde, inserido no Núcleo de Estudos sobre “Políticas Públicas, Questão Social e Serviço Social” (NUPEQUESS/UFRJ), o qual é composto por

graduandos e pós graduandos que se debruçam sobre a temática da formação profissional em saúde.

1. Ensino superior: breves reflexões sobre o Brasil

O ensino superior tem início no Brasil em 1808, durante o Império, de maneira isolada com cursos superiores e faculdades que não eram integradas. Até esse momento, vigorava o investimento público, contudo, os ideais liberais positivistas presentes na mudança de regime para a Primeira República influenciaram na construção de iniciativas de viés privado (SAVIANI, 2010).

Podemos, a partir disso, compreender a formação dos sistemas de ensino e da organização de profissões liberais no século XX mediante a um contrato de prestação de serviços através da redistribuição financeira. Costa (1987) explica:

O conceito de profissão pressupõe o desenvolvimento de uma atividade continuada em favor de terceiros, com a finalidade de obter um ganho. Exprime uma realidade social, eis que atividade é socialmente relevante. Quando se adjetiva o termo de profissão com "liberal", dá-se o sentido de liberdade, ou seja, exercício independentemente de subordinação hierárquica e liberdade de expressão do conhecimento técnico intelectual. (COSTA, 1987, p. 6).

Isso nos ajuda a entender que na conformação do capitalismo é desenvolvido um mercado de trabalho, necessário para a manutenção da reprodução ampliada do capital, o que implica não somente a formação de profissões liberais, mas também a inserção de novas atividades profissionais no campo das políticas públicas. Na década de 30, o Estado executou uma reforma educacional com a criação do Ministério da Educação e um sistema público nacional de ensino de aprendizagem técnica para o desenvolvimento da força de trabalho. Além disso, o governo também estabeleceu e uniformizou o sistema universitário (TONIOLO, 2022).

Ao pensarmos no acesso à educação superior podemos afirmar que, ao se estabelecer durante o processo de escravização de pessoas negras, estava destinado às parcelas brancas e abastadas da sociedade brasileira. Assim, para refletir sobre o desenvolvimento da política de educação no Brasil, é preciso problematizar também o papel que a universidade pública desempenha historicamente, afinal

Vários estudos apontam que a educação superior continua sendo um fator significativo de mobilidade social ascendente nas sociedades contemporâneas (Menezes Filho & Oliveira, 2014).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A década de 1930 foi um importante marco no que diz respeito à consolidação e ampliação das políticas sociais promovidas pelo Estado brasileiro. Nesse contexto, ganha visibilidade a educação, com o espraio, ainda estreito, de universidades federais pelo país (SAVIANI, 2010). Nesse mesmo contexto surge o Serviço Social brasileiro, ainda vinculado à perspectiva conservadora e cristã, cujo perfil majoritário era o de mulheres brancas de classe média e alta (MIZOGUCHI et al, 2021)

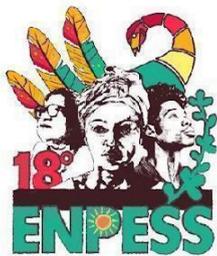
Apesar da expansão das universidades públicas e da participação estatal, não há uma ruptura do perfil que conseguia acessá-las. Tal mobilização supracitada se dá exatamente pela dificuldade de acesso das camadas médias que mesmo cumprindo os requisitos não podiam acessar os cursos superiores pela falta de vagas. As mobilizações pela educação foram fortemente reprimidas durante a Ditadura Civil Militar que estava alinhada com as demandas do Capital. Com o fortalecimento dos movimentos sociais e o fim da Ditadura, é concebida a Constituição Federal de 1988 (CF88) que é considerada um marco fundamental no que diz respeito aos direitos sociais no Brasil.

A Constituição de 1988 incorporou várias das reivindicações relativas ao ensino superior. Consagrou a autonomia universitária, estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantiu a gratuidade nos estabelecimentos oficiais, assegurou o ingresso por concurso público e o regime jurídico único (SAVIANI, 2010, p. 10).

Além disso, a CF88 torna a educação um direito do cidadão e um dever do Estado, determinando que o investimento na área seja de, no mínimo, 18% do PIB. No entanto, o estabelecimento de leis não significou de imediato a ampliação do acesso ao ensino superior no país. Isto porque, pensar a democratização do acesso às universidades requer políticas públicas que visam a diminuição das desigualdades sociais, políticas e econômicas historicamente constituídas.

Nesse sentido, tendo como intuito a equidade no acesso ao ensino superior, a política de ações afirmativas, popularmente conhecida como política de cotas, possibilitou a entrada de segmentos mais vulneráveis no âmbito universitário. Implementada em todo território nacional a partir de 2012⁶, as ações afirmativas têm como público alvo pessoas com deficiência, egressos de escolas públicas, pessoas de baixa renda, pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas (MUGNAINI JÚNIOR, CUNHA, 2022). Cabe ressaltar ainda que, se tratando de cotas raciais, a

⁶ A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira universidade a implementar o sistema de cotas através da Lei nº 3.524/2000, na qual 50% do total de vagas passou a ser destinado a estudantes egressos de escolas públicas. (UERJ, 2024). Para mais informações: <https://www.uerj.br/inclusao-e-permanencia/sistema-de-cotas/#:~:text=Em%202000%2C%20a%20Assembl%20Legislativa,estudantes%20egressos%20de%20escolas%20p%C3%BAblicas>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

adoção de ações afirmativas são uma importante conquista das lutas do movimento negro brasileiro e do reconhecimento e comprometimento do Estado brasileiro com combate às desigualdades sociais, como firmado no acordo de Durban (SANTOS, 2012).

Para além do sistema de cotas, podemos referenciar outras medidas que ampliaram o acesso aos segmentos sociais mais distantes do ensino superior, como a extensão de universidades federais já existentes e criação de novas universidades, a implementação do ProUni (Programa Universidade para Todos) e do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e a ampliação dos institutos federais (HERINGER, 2018). Tais medidas contribuíram e contribuem ainda para uma significativa mudança no perfil dos estudantes que ingressam no ensino superior brasileiro.

No que diz respeito à formação profissional em Serviço Social, mais da metade das assistentes sociais se declararam pretas e pardas e os números revelam que 71,08% concluíram o ensino superior em instituições privadas, em geral com fins lucrativos, enquanto 28,92% concluíram em instituições públicas. Cabe ressaltar ainda que, do total de 567 cursos de graduação em Serviço Social reconhecidos pelo MEC, 518 são ofertados por instituições privadas - dentre estes, 230 cursos na modalidade EaD - enquanto 49 cursos são ofertados em instituições públicas em todo território nacional (IAMAMOTO, 2017). Em especial, esses dados revelam que as iniciativas de facilitação de acesso ao ensino superior contribuíram significativamente para a democratização do perfil dos discentes em Serviço Social, no entanto, que estas mudanças são acompanhadas pelo aumento expressivo de ofertas de vagas no ensino superior da rede privada.

Compreendemos que há uma tendência política, desde a década de 90, para consumir um desmonte de uma educação pública de qualidade no Brasil. Isto responde a uma lógica de valorização do capital que estabelece caminhos de apropriação e novas alocações de recursos públicos. Nesse contexto, as políticas sociais vêm sendo capturadas como forma de valorização do capital. Na contemporaneidade, este processo tem se mostrado crescente, em seu avanço, e avassalador na perda da qualidade do ensino.

2 - A ofensiva neoliberal sobre a política de educação e a financeirização

Se por um lado o Brasil teve como marco histórico de ampliação das políticas sociais a promulgação da Constituição Federal de 1988, por outro lado, enfrentou grandes desafios ao longo dos anos 1990 para a materialização dos direitos previstos pela Carta Magna. Isto porque,

no Brasil, o neoliberalismo foi implementado como doutrina político-econômica a partir da década de 1990. Desde então, as mudanças de governo não foram capazes de frear o espriamento do ideário neoliberal. No que diz respeito à educação,

A reforma dos anos 1990, com forte influência das políticas neoliberais, acirrou o processo de privatização e diferenciação da educação superior no Brasil, com respaldo da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n. 9.394/1996. Acentuaram-se o aligeiramento e a fragmentação da formação de nível superior, por meio dos cursos de curta duração, cursos sequenciais, cursos para tecnólogos, cursos de educação a distância, entre outros (PAULA, 2017, p. 304/305).

Ao longo de mais de três décadas, temos acompanhado a radicalização do ideário neoliberal, o qual direciona as intervenções do Estado, consolidando o mercado como ente privilegiado e reduzindo a atuação estatal de todas as ordens, sobretudo, atualmente, nas políticas sociais. Os ideais presentes na Constituição de 1988, ordenam-se agora pela perda de horizonte aos “direitos de cidadania” e a consolidação do “direito do consumidor”. O neoliberalismo como panaceia avança sobre as políticas sociais, promovendo um processo cada vez maior de mercadorização dos direitos.

Os princípios da economia de mercado, que defendem a intervenção mínima do Estado, retiraram do horizonte os valores da proteção social que sustentam a referida Constituição de 1988 (BOSCHETTI, 2018). Em síntese, o neoliberalismo não minimizou a intervenção do Estado, mas agora esta intervenção se dá ao grande capital imperialista. Diante disso, as desigualdades sociais se agudizam, pois o Estado evita assumir a função de combatê-las. Afinal, até certa medida o neoliberalismo naturaliza e se mantém por meio das desigualdades nos processos de expansão e acumulação do capital.

Cabe destacar ainda que, dentre os mecanismos de precarização e desfinanciamento de tais políticas sociais, as restrições orçamentárias previstas pela Emenda Constitucional 95 (2016) e pelo Novo Arcabouço Fiscal (2022) aprofundam o processo de desmonte dos direitos sociais promulgados pela Constituição Cidadã, de 1988. Isto porque, ao contingenciar os investimentos em áreas sociais e ofertar como alternativas serviços privados, cria-se um largo abismo para a materialização de tais direitos, de modo que o acesso é condicionado pelas condições socioeconômicas.

A chamada “PEC do Teto de Gastos” (Emenda Constitucional 95, de 2016) estabeleceu um Novo Regime Fiscal que congelaria os gastos primários por 20 anos. Esta medida explicitou o desmonte dos direitos e das políticas sociais historicamente conquistados, com a justificativa do poder executivo em sanar as despesas governamentais (CISLAGHI; SOUZA, 2020). Esta reforma



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

é um mecanismo para assegurar a manutenção do sistema capitalista e retomar novas estratégias de acumulação de capital. Tais estratégias compreendem como um caminho mais rápido e lucrativo para a acumulação de capital a imposição da vida social à uma lógica de financeirização.

A lógica das finanças é bárbara e expansível no capitalismo. A hegemonia do capitalismo financeiro, já em curso no Estado sob o ideário neoliberal, tende a implementar uma agenda de continuidade ao contingenciamento de investimentos em políticas públicas, como a política de educação. A direção burguesa do Estado tem como elemento constitutivo se apropriar de parte do fundo público destinados aos gastos sociais, o que envolve mediações que precarizam e reduzem a oferta dos direitos sociais à classe trabalhadora e privilegia os rentistas. Neste sentido, o Estado não reduz a participação política, econômica e interventiva, pois o mesmo tem como mecanismo primordial de acumulação do capital a apropriação dos recursos do fundo público. Neste sentido, Souza afirma que

Quando tratamos de financeirização das políticas sociais, nos referimos ao processo de alimentar o capital que vive de juros com recursos que deveriam ser destinados à classe trabalhadora. Significa garantir a lucratividade do capital na esfera financeira a partir de fundo público, de forma que agrava nossa condição de dependência e usurpa recursos oriundos dos trabalhadores que deveriam a eles retornar por meio de serviços e bens disponibilizados pelo Estado (SOUZA, 2018, p. 106).

Através dos quadros analíticos dos principais entraves do financiamento das políticas públicas de educação, o Novo Arcabouço Fiscal (NAF), disposto pelo atual governo em 2023, é uma expressão desses interesses em jogo. O NAF foi uma medida que enterrou a Emenda Constitucional, a PEC 95/2016, que estabelece o teto de gastos por 20 anos. Todavia, a providência tomada não apresentou uma recomposição substantiva e necessária. O referido ajuste fiscal estabelece limites ao crescimento das despesas sociais e realoca os recursos do fundo público para o pagamento da dívida pública do Estado. Neste sentido, a medida propõe uma redução das despesas primárias do governo, mas não interfere na mesma proporção ao que se refere às despesas financeiras com o pagamento de juros da dívida (SALVADOR, 2024).

O fio de análise sobre a amortização da dívida pública nos permite pensar criticamente sobre o papel do Estado, isto é, se não são suficientes os recursos destinados às políticas sociais, o Estado garante a manutenção da classe dominante. O artigo 1º, § 2º, reforça essa compreensão, ao definir que

[...] a política fiscal da União deve ser conduzida de modo a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, prevenindo riscos e promovendo medidas de ajuste fiscal em caso de desvios, garantindo a solvência e a sustentabilidade intertemporal das contas públicas. (Brasil, 2023a).

Diante de tal panorama, o movimento da ordem do capital expressa, portanto, um processo de privatização e transferência direta de recursos do fundo público para iniciativa privada, visto que se dispõe a imunidade tributária.

3 - Laboratório neoliberal: a política de educação e as estratégias de mercantilização nas universidades públicas

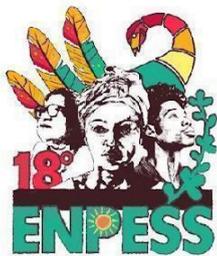
A educação foi formalmente reconhecida como direito a ser universalizado pela Constituição Federal Brasileira de 1988, nos termos do artigo 275:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CFB, 1988).

No entanto, a plena realização deste direito se mostra irrealizável enquanto permanecer um modelo econômico que, contrariamente à indicação constitucional, converte a educação, assim como outras necessidades humanas de primeira ordem, em mercadoria. Diante disso, a política de educação continua disputando por mais recursos, pois as despesas com juros e encargos da dívida pública continuam e há um recorte determinado aos gastos sociais do governo, o que transforma os bens públicos em mercadoria. Os ajustes neoliberais em sua essência propõem mecanismos que limitam a expansão do orçamento público destinado às políticas de educação.

Durante o governo Lula (2003-2011) o percentual de discentes ingressantes em universidades privadas foi de 73%, segundo as Sinopses Estatísticas da Educação Superior do INEP (Brasil, 2012). Pode-se afirmar que o ensino privado com fins lucrativos cresceu 34,1% de 2010 a 2014 e o setor sem fins lucrativos aumentou somente 8,3% (CORBUCCI; KUBOTA; MEIRA, 2016, p.19). Neste sentido, há um avanço na articulação entre o Estado e o mercado para a consolidação de uma forma empresarial não-estatal. O ensino superior se tornou um negócio lucrativo, isto é, no capitalismo, o Estado e o mercado andam juntos. A expressiva ampliação das grandes empresas educacionais privadas nos últimos anos, pode ser explicada pelo financiamento público indireto aos programas PROUNI e FIES.

O FIES e o PROUNI são programas da política nacional de educação que objetivam a ampliação das vagas e o acesso ao ensino superior do setor privado. Por mais que se proponha uma alternativa de inclusão social, estes programas são expressão das relações de relações de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

privatização, de mercantilização e de financeirização do ensino superior (MATTEI; BIDARRA, 2022). De acordo com as autoras,

Pelo regulamento do FIES as instituições não recebem o pagamento das mensalidades diretamente dos alunos, mas sim por meio de títulos do Tesouro Nacional, o que significa lançar e operar com a lógica do mercado financeiro nessa forma de repasse de recursos do fundo público – financeirizou-se a educação (MATTEI; BIDARRA, 2022, p.61).

Vale ressaltar, que a razão principal pela criação do PROUNI (concessão de bolsas de estudo integrais e parciais) foi o não atendimento de alguns alunos aos critérios exigidos no modelo de financiamento do FIES. Tal determinante contribuiu para a inserção de um segmento de estudantes que possuem hipossuficiência econômica no ensino superior através do PROUNI. No entanto, devemos pensar criticamente que o governo federal não tem dado o devido investimento ao ensino superior público, uma vez que os recursos destinados à educação pública são bem reduzidos se comparados aos investimentos aos programas do ensino superior privado (BOTELHO; PESSOA, 2016). Além disso, esses programas impactam na forma de apropriação do fundo público, pois fomentam o aumento da dívida pública junto aos agentes financeiros, como bancos ou empresas que operacionalizam crédito, contribuindo assim, para a acumulação do capital.

Ao analisarmos este modelo, pensamos também em refletir sobre o programa “Future-se” proposto pelo governo Bolsonaro para universidades e institutos federais, no qual fomentava uma formação voltada ao empreendedorismo atendendo a uma reformulação no currículo acadêmico (Portal MEC, 2019). Esta elaboração afeta a formação e a produção do conhecimento dos discentes, pois se constrói uma formação técnica que habilita os profissionais para atender as demandas do mercado de trabalho e para o desenvolvimento de ações capazes de gerar valor social, não havendo a inserção de uma perspectiva crítica. Este programa reflete na autonomia científica e modifica o papel social das universidades públicas, pois submete os currículos e pesquisas à demanda do capital), desestimulando a diversidade e a efetivação do pensamento crítico, além da desresponsabilização do Estado para com o ensino superior (SOUSA; COIMBRA, 2020).

Sabemos que, no Brasil, a lógica de privatização nas políticas de educação tem se intensificado nos últimos anos, direta e indiretamente. O Programa de Aceleração do Crescimento, o Novo PAC, mediante a promessa de levar ao povo brasileiro internet mais avançada e serviços públicos mais tecnológicos. Em dezembro de 2023, o Diário Oficial da União (DOU) publicou a

Resolução CGPAC nº 1, que estabeleceu ações que articulam a educação, ciência e tecnologia, como a construção da nova EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares).

Neste sentido, podemos analisar a criação EBSEH e a abertura do sistema público universitário a essa forma empresarial pública ilustra a articulação do Estado com o mercado no contexto atual de financeirização. Tal medida é vinculada ao Ministério da Educação (MEC), objetivando prestar serviços públicos de educação e saúde por meio da administração de unidades hospitalares vinculadas às instituições federais de ensino no Brasil. Conforme explicitam Menezes e Leite (2016), este formato de privatização dentro do próprio setor público impacta a autonomia das universidades de educação pública, em razão da subordinação dos hospitais universitários a essa forma empresarial pública. Partindo dessa concepção, a autonomia das universidades públicas de educação pública é enfraquecida. Tal proposta impacta negativamente a formação acadêmica dos alunos e a produção de conhecimento científico. Além disso, ela se organiza “na lógica instrumental e gerencial burguesa, restringindo os recursos materiais e humanos e obscurecendo a ótica do direito público e do direito dos trabalhadores” (MENEZES; LEITE, 2016, p. 134).

4. Expansão da Universidade: acesso e permanência, uma pauta necessária para refletir sobre as desigualdades sociais.

A democratização do ensino superior e a ampliação do número de vagas nos cursos de graduação e pós graduação se deu sob a égide neoliberal. A Declaração de Bolonha, assinada por países europeus, representou a adequação às premissas produtivistas e mercantilistas. Boschetti (2015) indica esse processo de contrarreforma do ensino superior, relacionando com as expressões contemporâneas do conservadorismo na profissão. O fomento e incremento de vagas a partir de políticas públicas se deu na mescla entre público e privado, fortalecendo o último. Esse processo não acompanhou a construção de uma política de permanência, considerando o novo perfil universitário e as necessidades sociais dos sujeitos.

A Universidade foi constituída enquanto um espaço de distinção social, econômica - o acesso a um diploma de nível superior promovia posições melhores no mercado de trabalho - e simbólica. Na sociedade brasileira, a profunda desigualdade de gênero e raça mediou o acesso a determinada parcela da população. Ou seja, esse espaço não se configurou, nem foi construído, por e para mulheres, pessoas pobres e negras. A democratização significou apenas a ampliação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de vagas, mas não garantiu a promoção de uma política de permanência que trouxesse no bojo da democratização do ensino superior mudanças culturais e simbólicas que interferem na jornada discente.

Atrair a democratização à permanência é envidar esforços à responsabilidade institucional com a construção de espaços de socialização e construção de uma nova cultura institucional. Para além disso, essa discussão envolve também os fatores socioeconômicos que interferem na jornada acadêmica, já que muitos desses estudantes são da classe trabalhadora. Esse é o objetivo da política de assistência estudantil, promover o acesso a dimensões da reprodução da vida social - alimentação, moradia, transporte - para a permanência na universidade. Ocorre que permanência e assistência estudantil não são o mesmo objeto:

(...) As políticas de permanência possuiriam maior abrangência, incluindo aspectos relacionados a diferentes formas de inserção plena na universidade, como por exemplo, programas de iniciação científica e à docência, apoio à participação em eventos, entre outras atividades. As políticas de assistência estudantil estariam contidas nas políticas de permanência, mas teriam um foco mais específico nas ações necessárias para viabilizar a frequência às aulas e demais atividades acadêmicas. (HENRINGER, 2018, p. 13)

A política de assistência estudantil deve ser entendida, e defendida, como um direito social e a recente aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Brasil, 2024) ratifica essa importância. Todavia, os movimentos político-econômicos não são favoráveis, ao contrário, no horizonte o avanço da mercantilização do ensino público se reforça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de aprofundamento dessa lógica mercadológica de educação, não se percebe um investimento em políticas de permanência aos estudantes e se impulsiona uma disputa maior por recursos públicos, o que fomenta uma maior evasão de discentes que não apresentam condições de onerar os custos das demandas acadêmicas. Tal panorama demonstra que a democratização do acesso às universidades públicas não garante a necessária inclusão de um segmento mais pauperizado e enegrecido.

Esta racionalidade responde a uma formação tecnicista e aligeirada com pouca qualidade, pois se direciona para o atendimento da produtividade e lucratividade e desestimula a perspectiva da educação a partir de uma “formação integral, criativa, crítica e livre, capaz de transformar indivíduos e sociedades fornecida pelo âmbito público como um direito” (MATTEI; BIDARRA,

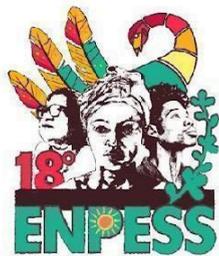
2022, p.76). Outrossim, o enxugamento dos recursos para instituições públicas de ensino superior impacta negativamente a própria oferta de um ensino universitário público de qualidade.

Fica, então, evidente que o atravessamento da lógica mercadológica em todo o processo de formação, isto é, a formação voltada pro mercado privado é um desafio para a oferta de um ensino superior de qualidade. Esta movimentação administrativa do Estado neoliberal é sustentada com ideias difundidas de que os estudantes do Ensino Superior são provenientes de uma classe mais privilegiada, o que não faria sentido um maior investimento nessas instituições. Diante disso, persiste a ideia que os recursos públicos devem ter como prioridade os níveis básicos (CISLAGHI, 2019). No entanto, a Lei nº 12.711/2012, a Lei de Cotas, promoveu a democratização - ainda aquém do necessário - democratizou o perfil de ingressantes nas universidades federais, o que possibilitou uma maior inserção de alunos da classe trabalhadora, assim como pardos, negros e indígenas. Isto significa que o perfil dos universitários vem se alterando paulatinamente e se faz necessário a efetivação de uma política de permanência.

Neste artigo refletimos sobre formação profissional e política de educação, com ênfase no avanço da financeirização do capital às políticas sociais. Além da procura por desvelar as contradições e limites do capital, indicamos caminhos à política de educação: deve ser construída de maneira universal e com o enfrentamento das desigualdades estruturais de classe, raça e gênero. Por fim, sinalizamos como o acesso é importante na medida da permanência, devem se desenvolver conjuntamente.

Os valores e princípios profissionais, alicerçados na perspectiva crítica, contribuem para desvelar o discurso neoliberal colocado como panaceia. É decerto que o neoliberalismo vem ampliando as suas formas de cooptação da consciência da classe trabalhadora e se espalhando no âmbito das políticas sociais. Logo, se faz necessária a defesa do direito à educação pública, gratuita, estatal e de qualidade como um horizonte de mobilização e defesa. Para além disso, a articulação com outras políticas sociais se faz necessária e urgente com fins à defesa e ampliação dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DOS SANTOS, Adilson Pereira. **Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas.** Revista de Ciências Humanas, v. 2, p. 289-317, 2012.

HERINGER, Rosana. **Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico.** Revista Brasileira de Orientação Profissional, v. 19, n. 1, p. 7-17, 2018.

IAMAMOTO, M. V. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

IAMAMOTO, M. V. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade.** In: CFESS-Conselho Federal de Serviço Social. Atribuições privativas do(a) assistente social. Brasília: Cfess, 2002.

LEITE MENEZES, Débora Holanda & LEITE, Janete Luzia. **A NOVA CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL: o Rio de Janeiro como laboratório.** Revista de Políticas Públicas, vol. 20, núm. 1, janeiro-junho, 2016, pp. 121-136. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, Brasil, 2016.

MATTEI, Tatiane Selete; BIDARRA, Zelimar Soares. **O papel do FIES e do PROUNI na privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira.** Barbaroi, v. 1, n. 61, p. 53-84, 2022.

MENEZES FILHO, Naercio, A.; OLIVEIRA, Alison Pablo de. **A contribuição da educação para a queda na desigualdade de renda per capita no Brasil.** Centro de Políticas Públicas – Insper, Policy Paper n. 9, janeiro, 2014

MIZOGUCHI, Jessica Flores et al. **Pioneiras do Serviço Social: um estudo de perfil a partir das relações de gênero.** Serviço Social em Revista. Londrina. Vol. 24, n. 1 (jan./jun. 2021), p. 290-310, 2021.

MUGNAINI JUNIOR, Alexandre Nogueira; CUNHA, Marina Silva da. **Impacto das cotas no desempenho de estudantes no curto e no longo prazo.** Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 64, p. 51-78, out./dez. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ppp64art2>

PAULA, Maria de Fátima Costa de. **"Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década."** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) 22.2 (2017): 301-315.

SALVADOR, Evilásio. **O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais.** Argum, Vitória, jan-abr 2024, n°1, p.6-19.

SAVIANI, D. **A expansão do ensino superior no brasil: mudanças e continuidades.** Poiesis Pedagógica, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/14035>.. Acesso em: 13 jul. 2024.

SOUSA, A. P. R. de; COIMBRA, L. J. P. **Future-se: um golpe contra a democratização do ensino superior.** Jornal de Políticas Educacionais, v. 14, n. 12, 2020.

SOUZA, Giselle. **Contribuições para o debate sobre previdência social e o conceito de fundo público.** Revista Intervezes, v. 3, n. 2, nov. 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

TONIOLO, Charles. **Profissões e serviço social: surgimento e regulamentação ética no Brasil**. Curitiba: CRV: 2022.

VALENTIM, Daniela Frida Drelich. **Ex-alunos negros cotistas da UERJ: o que dizem sobre suas relações com os professores**. XVI ENDIPE-Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino-UNICAMP-Campinas–2012. Disponível em:< http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2287d.pdf>. Acesso em, v. 10, 2012.